



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

MEMO. GSLMAT 046/2018

Brasília, 21 de janeiro de 2019

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho confirmar minha participação, na condição de Representante Brasileira da 24a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Katowice, na Polônia, realizada entre os dias 09 e 13 do mês de dezembro.

Encaminho relatório de viagem, aproveitando a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Lídice da Mata e Souza
LÍDICE DA MATA
Senadora da República

Excelentíssimo Senhor
Senador EUNÍCIO DE OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Brasília/DF





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

A delegação da CMMC foi composta pelos Senadores Jorge Viana e Lídice da Mata e pelos Deputados Federais Janete Capiberibe, Leonardo Monteiro e Thiago Peixoto. O Analista Legislativo Guilherme de Oliveira, Jornalista da Agência Senado, integrou a comitiva. Parlamentares de outras comissões do Congresso Nacional, como a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS), também participaram do evento.

As principais atividades realizadas são a seguir resumidas:

9 de dezembro de 2018 – Cracóvia, Polônia Reunião da União Interparlamentar (IPU, sigla em inglês), organizada em conjunto com a Câmara dos Deputados da República da Polônia A reunião objetivou proporcionar aos parlamentares uma oportunidade de obter informações de primeira mão sobre os principais temas e orientações da COP-24, de interagir com especialistas e negociadores diretamente envolvidos no processo decisório da Convenção - Quadro, de adquirir maior conhecimento sobre as recomendações do Plano de Ação da IPU sobre Mudança do Clima e de debater formas de assegurar a implementação do Acordo de Paris. O foco foi sobre mudanças legislativas, políticas públicas, ação climática e marco regulatório para desenvolvimento e expansão do setor de energia renovável. A IPU busca definir marcos legais comuns aos países signatários para garantir a implementação do Acordo de Paris. O Senador Jorge Viana, relator da CMMC, aponta que a regulamentação do Acordo exige todo o aparato de legislação voltado para uma economia de baixo carbono, tarefa que depende de todos os setores da sociedade. Na reunião, divulgou-se que os gastos com as consequências da mudança do clima chegam a US\$ 400 bilhões e que o custo de prevenção é bem mais baixo. A ONU tem informado que os desastres climáticos estão se multiplicando e que a cada dólar investido em prevenção são economizados sete dólares em reconstrução.

10 de dezembro de 2018 – Katowice - Debate sobre as mudanças climáticas no Brasil e no mundo e a política de redução de resíduos tóxicos

Organizadores: CMMC + CMADS + Frente Parlamentar Ambientalista

Local: Espaço Brasil

O primeiro dia da participação de deputados e senadores na COP-24 foi marcado por manifestações de preocupação com o posicionamento que o novo



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

Governo adotará na temática ambiental, pois o presidente eleito já se manifestou no sentido de que o Brasil pode abandonar o Acordo de Paris. A desistência do País em sediar a COP-25, em 2019, foi debatida, bem como posicionamentos do futuro titular do Ministério do Meio Ambiente, de que o aquecimento global não será uma prioridade na gestão da política ambiental federal.

Diversos parlamentares posicionaram-se, destacando-se o Senador Jorge Viana, relator da Comissão, afirmando que o mundo não tem escolha senão viabilizar iniciativas concretas para limitar o aquecimento global e que o Brasil não poderia se retirar das tratativas multilaterais sobre o tema. O senador criticou a desistência brasileira em sediar a COP-25, que se dedicará a avançar, quase na reta final (pois a previsão é de entrada em vigor das regras a partir de 2020), na regulamentação do Acordo de Paris pelas 195 Partes que o assinaram.

O atual Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, reconheceu a atuação dos parlamentares por meio da CMMC e de outros colegiados, sem a qual o País dificilmente teria alcançado o atual protagonismo nos debates sobre o concerto climático global. A participação do Congresso Nacional, na formulação de leis sobre alteração do clima, tem sido fundamental para colocar o Brasil na vanguarda do tema.

Em relação à proteção dos povos indígenas, uma das principais políticas públicas para conservação da Amazônia e de sua vegetação nativa, os parlamentares criticaram a proposta de transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a estrutura do recém-criado Ministério dos Direitos Humanos. Dessa forma, a entidade deixa de ser supervisionada pelo Ministério da Justiça.

Reunião com parlamentares da Alemanha: A comitiva brasileira reuniu-se com parlamentares alemães para debater temas cruciais na agenda climática envolvendo os dois países, em especial o controle do desmatamento, o Fundo Amazônia e o uso de energias renováveis.

11 de dezembro de 2018 – Katowice

Reunião com parlamentares da Noruega:

A comitiva de parlamentares reuniu-se com um grupo de congressistas da Noruega para debater o Fundo Amazônia. A Noruega e a Alemanha, nessa ordem, são os principais investidores do Fundo, que é gerido pelo BNDES.

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, apoiando projetos nas seguintes áreas: gestão de florestas públicas e áreas protegidas; controle, monitoramento e fiscalização ambiental; manejo florestal sustentável; atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; conservação e uso sustentável da biodiversidade; e recuperação de áreas desmatadas.

Atualmente, 102 iniciativas são apoiadas pelo Fundo, somando mais de R\$ 1,8 bilhão aportados. A manutenção das transferências internacionais depende de transparência e de resultados no controle do desmatamento e na conservação das florestas. O diálogo entre os parlamentares buscou garantir que esses investimentos sejam mantidos no futuro.

O congressista Espen Barth Eide, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente do parlamento norueguês, reconhece que o apoio de seu país busca compensar as emissões de gases de efeito estufa realizados pela Noruega, por meio da preservação das florestas tropicais.

Debate sobre REDD+: Um dos instrumentos incorporados pelo Acordo de Paris foi o REDD+. Trata-se de um incentivo desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro para remunerar países em desenvolvimento por seus resultados no controle do desmatamento e da degradação florestal.

Na reunião, informou-se que o estado de Mato Grosso recentemente se qualificou para receber um aporte financeiro da Alemanha para ações de REDD+. Segundo Alcilene Freitas, da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do estado, a liberação dos recursos resulta de um trabalho de dez anos, que envolveu a aprovação de uma política estadual sobre o tema. Cerca de 40% dos recursos serão destinados à institucionalização do poder público e o restante para projetos e programas, como para a agricultura e para povos indígenas.

**12 e 13 de dezembro de 2016 – KATOWICE
Reunião com a delegação brasileira:**

O Ministério do Meio Ambiente anunciou os números mais recentes de emissões brasileiras para o período entre julho de 2017 e agosto de 2018. O ministro Edson Duarte informou que dessa forma o Brasil antecipou, em 2017, as metas voluntárias assumidas no Acordo de Paris para serem alcançadas em 2020, ou seja, reduzir suas emissões em 37%, com base nas emissões de 2005.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

Ainda que os resultados sejam positivos, a delegação da CMMC manifestou suas preocupações com o futuro incerto sobre a atuação ambiental brasileira, sobretudo no nível federal, e os possíveis retrocessos nas conquistas realizadas no controle de emissões.

De acordo com o MMA, nesse período ocorreu o sequestro (absorção de carbono pela manutenção de florestas e outros processos) de 1,28 bilhão de toneladas de carbono equivalente, sobretudo por meio da criação de 94 milhões de hectares de unidades de conservação.

Segundo o ministro, políticas de uso da terra foram responsáveis pela absorção de 538 milhões de toneladas de carbono, incluindo a manutenção de unidades de conservação, de áreas de preservação permanente e de reservas legais. O resultado incorpora a contribuição das áreas para vegetação nativa nas propriedades e posses rurais inscritas no Cadastro Ambiental Rural. Esses resultados apontam que o Brasil tem feito sua parte no concerto climático e que seu exemplo deveria ser seguido por outras nações.

Os parlamentares da delegação brasileira defenderam que os resultados alcançados pelo Brasil são a culminância de anos de esforços ambientais bem-sucedidos, que deveriam ser mantidos. O relator da CMMC, Senador Jorge Viana, reafirmou que o principal propósito da missão foi reforçar o compromisso do Parlamento brasileiro com as conferências climáticas.

Como resultado das negociações da COP-24, de fato houve a adoção do livro de regras para o Acordo de Paris, com os principais pontos da operacionalização do Acordo detalhados em regulamentação. Destaca-se o mecanismo de transparência, para monitorar de forma uniforme os esforços de cada país. Ainda, estabeleceram-se as regras sobre como revisar as metas da NDC a cada cinco anos. Um dos principais pontos, ficou adiada para 2020 a definição sobre regras para transferência anual de US\$ 100 bilhões de países desenvolvidos para o financiamento climático em países em desenvolvimento. Houve ainda pouco avanço no tocante à crescente ambição das Partes, ou seja, ao contínuo comprometimento para adotar medidas de mitigação e de adaptação.

Para o Brasil, talvez a principal questão debatida na COP-24 foi a incerteza quanto ao futuro das políticas públicas e do compromisso doméstico, em função do novo governo que assumirá a partir de 2019. Além do mais, há incertezas em relação a possíveis retrocessos das ações federais sobre povos indígenas, um tema de grande importância em política climática, já que os territórios indígenas abrigam imenso estoque de carbono na Amazônia Legal e são um dos pilares do controle do desmatamento.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA



Parlamentares brasileiros compondo mesa de discussão

Lidice Mata

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 15, CEP 70.165-900, Brasília/DF
Telefone: 3303-6408 Fax 6414
lidice.mata@senadora.gov.br / secgabsenlidice@senado.gov.br

